

A configuração do sistema nacional de repressão no governo Juscelino Kubitschek (1956 a 1961)

Nilo Dias de Oliveira*

(PUC-SP. Brasil)

Fecha de recepción: 04/05/2014 - Fecha de aceptación: 30/07/2014

Resumo

O artigo demonstra como se estruturou o Serviço de Inteligência no Brasil, também denominado Sistema de Segurança Nacional, que adquiriu estatura e complexidade capaz de proporcionar a vigilância e o controle de toda a sociedade, a partir da segunda metade da década de 1950, em plena vigência do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A articulação dos principais órgãos que atuaram como Polícias Políticas, ou seja, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Divisão de Polícia Política Social (DPS), as seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, assim como os Serviços de Informações das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS's) e as Secretarias de Segurança estaduais compuseram, pela primeira vez no país, um sistema complexo que integrou horizontal e verticalmente todo o aparato repressivo do Estado. Ao se estruturar como uma "central única de informações nacional", suas ramificações adquiriram também dimensão internacional, através das conexões com as Polícias Políticas de diversos países europeus, norte-americanos e latino-americanos.

Palavras-chave

Juscelino Kubitschek - Forças Armadas - Polícia Política - Segurança Nacional - Serviço de Informações.

The configuration of the national repression system during Juscelino Kubitschek's government (1956-1961)

Abstract

* Professor Doutor em História Social pela PUC-SP. Integrante do Centro de Estudos de História Latino-Americana – CEHAL, do Núcleo de Estudos de História: trabalho, ideologia e poder – NEHTIP, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do GT "Direitas, História e Memória" na seção São Paulo da Associação Nacional de História (ANPUH).

This article aims to demonstrate how the Intelligence Service in Brazil, also called the National Security System, was structured and acquired a stature and complexity capable of providing surveillance and control of the whole society, from the second half of the 1950s, during Juscelino Kubitschek's administration (1956-1961). The articulation of the major organs acting as political polices, namely the National Security Council, the Division of Police Social Policy, the National Security sections existing in all civil ministries of the republic, as well as the Information Services of the delegations of the Political and Social Order (DOPS's) and the Departments of State Security made up for the first time in the country a complex system that integrated both horizontally and vertically the repressive apparatus of the State. Being structured as a "single central national information", its ramifications also acquired an international dimension through the connections with the political polices of several European, North American and Latin American countries.

Keywords

Armed Forces – Brazil – Intelligence - Juscelino Kubitschek - National Security – Political Police.

Resumen

El artículo muestra cómo se estructuró el Servicio de Inteligencia en Brasil -también llamado Sistema Nacional de Seguridad-, que adquirió estatura y complejidad capaces de proporcionar la vigilancia y el control de toda la sociedad a partir de la segunda mitad de la década de 1950, durante el gobierno democrático de Juscelino Kubitschek (1956-1961). La articulación de los principales órganos que actuaban como Policía Política, o sea el Consejo de Seguridad Nacional (CSN), la División de Política Social de la Policía (DPS), las secciones de Seguridad del Estado existentes en todos los Ministerios Civiles de la República así como los Servicios de Informaciones de las Comisarias de Orden Política y Social (DOPS) y las Secretarías de Seguridad de los estados, constituyeron por primera vez en el país un sistema complejo que integró tanto horizontal como verticalmente todo el aparato represivo del Estado. Al estructurarse como una "central única de información nacional", sus ramificaciones también adquirieron una dimensión internacional a través de las conexiones con las policías políticas de varios países europeos, América del Norte y América Latina.

Palabras clave

Brasil - Fuerzas Militares - Juscelino Kubitschek - Policía Política - Seguridad Nacional - Servicio de Inteligencia.

Introdução

Tão antiga quanto à atuação das Forças Armadas, a atividade de Inteligência no Brasil tem uma longa trajetória que concomitante a instauração da Primeira República,¹ foi considerada peça chave no mapeamento e controle da classe trabalhadora.

¹ Os organismos vinculados à polícia política tinham como competência, segundo o Decreto nº 14.079 (Brasil, 1920), velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins de expulsão de estrangeiros perigosos (Roratto, J. M. - Carnielli, B. L. (2006) "O pensar e a criação de um organismo de inteligência no Brasil: antecedentes históricos", in *Revista Brasileira de Inteligência* 2 (2): 9.

Na medida em que as movimentações operárias cresciam, a formação de uma rede de vigilância e de repressão caminhava junto, na perspectiva da aniquilação das lideranças e entidades sindicais dos operários, camponeses ou membros das Forças Armadas, principalmente no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, na época na cidade do Rio de Janeiro.

Recentemente novas indicações surgiram sobre os primórdios da criação das polícias políticas no país, particularmente divulgadas pelo artigo de Eliana Mendonça, “Documentação da polícia política do Rio de Janeiro”. Calcada em uma documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, seu texto esclarece que

“Desde 1907, o Distrito Federal contou com órgãos que exerceram a função de polícia política. O Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda que sob essa designação estivesse qualquer tipo de desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspeção de Investigações e Segurança Pública, à qual cabia manter a existência política e a segurança interna da República. Essa inspeção foi extinta a 20 de novembro de 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção de Ordem Política e Social, que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário. Essa seção configurava-se como uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de grande agitação que dominava o campo do trabalho, e de intensa participação política da população das grandes cidades ao final dos anos 10 e início dos 20.”²

A conjuntura de crise que se estabeleceu desde os primeiros anos da República se reproduzia de formas distintas em cada Estado do Brasil. Em São Paulo as contradições de classe se radicalizavam em decorrência do rápido crescimento urbano, da diversidade que adquiria o parque industrial que se destacava no país por ser um dos poucos a produzir para o consumo interno, o que, conforme aponta Caio Prado,³ evidenciava a existência de uma emergente classe média, visível na ampliação de artesãos e manufatureiros, prestadores dos mais diversos serviços que atendessem as demandas desta urbanidade. Em tal conjuntura, o movimento operário emerge com a força da contradição entre as extorsivas exigências do trabalho e a inoperância das práticas que garantiam os direitos trabalhistas preconizados pela legislação.

Para refrear essa movimentação operária que, segundo as autoridades colocavam em risco a manutenção do Estado, incapazes de fazer frente aos conflitos trabalhistas e às demandas da população por benefícios urbanos, criaram a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/SP),⁴ que passou a ser o principal órgão do aparato repressivo do Estado, voltado essencialmente para a vigilância sobre os considerados “suspeitos” de desordem política e ou social.

A DOPS/SP foi criada através da lei número 2.034, de 30 de dezembro de 1924, no interior do Gabinete de Investigações e Capturas do Estado, regulamentada pelos decretos nº 4.405 - A, de 17 de abril de 1928, e o de nº 4.715, de 23 de abril de 1930. Seu objetivo era o de manter sob controle as ações das classes subalternas, especialmente os chamados “agitadores operários”. Ora como

² Mendonça, E. R. F. de (1998) “Documentação da polícia política do Rio de Janeiro”, in *Estudos Históricos, Rio de Janeiro* 12 (22): 2.

³ Prado Jr, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

⁴ Tanto o movimento grevista anarco-sindicalista como o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (1922), mais a revolta da baixa oficialidade do exército (capitães e tenentes), demonstrava ao Estado constituído a urgência da vigilância e da repressão a esses movimentos de classe que ameaçavam os poderes constituídos e assustavam as oligarquias estaduais.

Temas de América Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

"delegacia", ora como "superintendência", o órgão sofreu numerosas mutações, e em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Delegacia de Ordem Política e Social, então subordinada à Chefia de Polícia, intensificou as suas ações.⁵

Concomitante à DOPS-SP, “os outros estados da Federação também criaram no decorrer das décadas de 20 e 30 as suas Delegacias de Ordem Política e Social”.⁶ Estas delegacias acabarão por formar uma grande rede, altamente articulada.

Diante da grande mobilização operária tanto no Rio de Janeiro (Distrito Federal) como em São Paulo,⁷ o governo federal, através da presidência de Washington Luís, em 1927, criou a primeira repartição pública federal dedicada exclusivamente a levantar e processar informações em proveito da Presidência da República, o Conselho de Defesa Nacional,⁸ mas careceu de uma infraestrutura que garantisse a pretensão de ser uma instituição centralizadora de informações naquela conjuntura.

Destarte as DOPS(s) estaduais tiveram papel primordial na montagem de uma rede de informações que pudessem dar subsídios ao poder executivo na elaboração de atividades repressoras que garantissem, segundo eles, a ordem instituída frente aos movimentos considerados atentatórios à Segurança Nacional.

A partir dos anos 30, já “com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS),⁹ em 1933, consolida-se a autonomia da polícia política no âmbito federal”.¹⁰

Conforme apontam os especialistas que vêm reconstituindo a história deste sistema, os princípios que norteiam sua atuação se mantêm praticamente os mesmos ao longo de toda a sua história, apesar dos redimensionamentos burocráticos pelos quais passa em cada momento. Conforme explica Marcos Tarcísio Florindo desde a década de 30:

“O conceito de poder de polícia foi redimensionado de acordo com princípios claramente embasados no determinismo da escola positiva, como a noção de que “a polícia luta contra o crime e o criminoso para defender a moralidade e a ordem pública (...). Isso ajudou a consolidar uma visão orgânica determinista e preconceituosa da sociedade nos meios responsáveis pela vigilância e repressão.

⁵ Em 1940, a DOPS-SP contava com três delegacias especializadas: Delegacia de Estrangeiros, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições e, Delegacia de Ordem Política e social. Dentro dessa última funcionava o Setor de Ordem Econômica (*Decreto Lei nº 11782* de 30/12/1940). Cinco anos mais tarde, a Delegacia Especializada de Ordem Política e social foi desdobrada em duas: a de Ordem política e a de Ordem Social. Igualmente, o Setor de Ordem Econômica foi transformado em delegacia especializada (*Decreto Lei nº 14854* de 09/07/1945). Dessa maneira estavam criadas as cinco delegacias especializadas que funcionaram dentro da DOPS até sua extinção em 1983. Em 1975 a DOPS passou a ser chamado de Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo/vermais_deops.htm>. Acesso em 6 jan. 2007.

⁶ Bretas, M. L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 58.

⁷ A partir da década de 1980 inúmeros trabalhos acadêmicos tem demonstrado o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo, revelando a dificuldade de generalização da mobilização operária centrada nesse “modelo”, no mesmo sentido que a mobilização da classe trabalhadora era muito mais intensa do que a historiografia nos fazia acreditar. Entre eles o professor Dr. Michael McDonald Hall da UNICAMP se destaca pelos trabalhos de pesquisa que orientou abrangendo o movimento operário na região sul do Brasil.

⁸ Conforme observa Lucas Figueiredo: “Instituído em novembro de 1927 (*Decreto nº 17999*, de 29 de novembro de 1927), o Conselho de Defesa Nacional tinha como missão reunir informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria” (Figueiredo, L. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 37. Em 1937 ele passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional, e nas Constituições que se seguirão esse órgão será mantido e regulamentado.

⁹ Após a sua constituição em 1933 como agência estatal com a função de polícia política, perpetuou no Estado brasileiro esse modelo de organização policial.

¹⁰ Reznik, L. *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 2000, p. 92.

Essa noção fazia-se sentir em relação aos indivíduos e grupos provenientes da classe trabalhadora, em especial aos estrangeiros e aos partidários da revolução social.”¹¹

Na proposição da Lei de Segurança de 1935 que respaldou a ação dessas delegacias e do aparato repressivo em geral, e durante a sua vigência, os militares tiveram papel proeminente, quer na qualidade de chefes de polícia, quer como magistrados do Tribunal de Segurança Nacional. Assim, esses aparatos governamentais supriam o poder executivo de mecanismos tanto repressivos quanto informativos, as quais seguiam à risca as orientações para o fechamento das instituições democráticas e a perseguição ao “inimigo interno”.¹² Tais esforços garantiram que em pouco tempo essas instituições policiais se tornassem o “braço forte” da repressão na instauração do Estado Novo em 1937, juntamente com as Forças Armadas.

Neste contexto, o conceito de Segurança Nacional significava a prevenção a esses movimentos, principalmente a repressão aos comunistas, pois após o levante comunista de 1935¹³ a agenda da segurança nacional considerou o comunismo como o “inimigo nº1 da nação”, tendo as polícias políticas a missão de mapear e destruir os focos “bolchevistas”.

Tão certo assim que no ano de 1936 por causa do referido levante foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN),¹⁴ este um tribunal de exceção subordinado à Justiça Militar, composto por juízes civis e militares escolhidos diretamente pelo presidente da República e que era ativado sempre que o país estivesse sob estado de guerra. Um conceito bem amplo, pois isto incluía processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais internamente.

Com a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, o TSN deixou de se subordinar ao Superior Tribunal Militar e passou a desfrutar de uma jurisdição especial autônoma, diretamente vinculada ao presidente da República. Ao mesmo tempo, tornou-se um órgão permanente. Nesse período passou a julgar não só comunistas e militantes de esquerda, mas também integralistas e políticos liberais que manifestavam suas críticas ao governo.

Com essas medidas o governo de Getúlio Vargas cercava cada vez mais os seus opositores principalmente os simpatizantes do PCB. Para ele não bastava apenas a repressão policial, pois o crescimento do PCB, mesmo na clandestinidade, urgia medidas de caráter mais amplo na perspectiva da segurança nacional, com tratativas de inimigos de guerra. Frente a essa conjuntura, o artigo nº 162 da Constituição de 1937 renomeou o Conselho de Defesa Nacional em Conselho de Segurança Nacional com a função de estudar todas as questões relativas à segurança nacional. A reboque, também foram planejados como órgãos auxiliares, em cada ministério civil, Seções de Segurança Nacional.

¹¹ Florindo, M. T. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Paulista: Franca-SP, 200, p. 9.

¹² La concepción del “enimigo interno” se instaura a través de un proceso de difusión desde las grandes potencias hacia los países “subdesarrollados” em situación de dependencia estructural, brindando más argumentos para la negación de una apertura y flexibilidad em la participación del poder y reafirmando la negación y la exclusión del outro (Ahumada P. M. A. (2007) *El enemigo interno em Colombia*. Quito: Ediciones Abya-Yala, p. 19.

¹³ O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sem contar com a adesão do operariado, e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente debelada. A partir daí, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os opositores do governo. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, inclusive deputados, senadores e até mesmo o prefeito do Distrito Federal. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>, acessado em 03/02/2012.

¹⁴ TSN foi extinto após a queda do Estado Novo, em outubro de 1945.

Temas de América Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

Com essas determinações do executivo federal, a responsabilidade da Segurança Nacional foi estendida para todas as instituições da federação compondo uma rede de informações que no decorrer das décadas de 1940 e 1950 se tornaram apêndices importantes na grande malha de circulação de informações que mapeavam: personalidades políticas, funcionários públicos, propostas partidárias, entidades de classe; que de uma maneira ou de outra compunham os interesses da sociedade civil e sua prática social facilitando a elaboração de medidas preventivas e repressivas.

Sendo assim, configurou-se a estreita vinculação deste sistema repressivo com a nova formulação do Estado que iniciada em 1948. Em seu interior cria-se a Escola Superior de Guerra (ESG), cujos preceitos eram o do fortalecimento e o do controle do Estado pelos segmentos militares, que faziam também parte da conexão de informações sobre o monitoramento e o mapeamento do crescimento das lutas sociais naquele período de abertura política e de desenvolvimento industrial e urbano.¹⁵

Este sistema, também conhecido como Sistema de Inteligência, passou a integrar o cerne do Estado brasileiro e nessa perspectiva afirma Marco Cepik,

“sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. (...) pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo”.¹⁶

Dessa maneira, a análise da ação das polícias políticas civis e militares no controle da sociedade civil, mostrou-se de fundamental importância para a compreensão do Estado denunciando a vigência de uma democracia para os fins de um determinado segmento da burguesia, mas tomada como valor universal.¹⁷ Isto em um momento de rearranjo das forças produtivas e das relações sociais de produção e de uma nova modalidade de inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial.

A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910), em São Paulo, como puras “questões de polícia”, ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas.¹⁸

O papel do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e da Escola superior de Guerra (ESG) na reformulação do serviço de informações nas décadas de 1940 e 1950 sob a influência estadunidense

¹⁵ As lutas sociais através dos sindicatos, das associações democráticas em defesa de maior participação política e econômica dos vários segmentos excluídos iriam endossar cada vez mais aquela tese (a falência do poder civil), reforçando tanto a necessidade da intervenção militar nos destinos da nação, como a formulação de uma doutrina de Estado militar. Dentro desta visão, somente os militares seriam capazes de alterar o caráter, a cultura e a índole do povo brasileiro. Compunham, conforme afirmava o General Juarez Távora, a elite nacional capaz de garantir a consolidação da nação (Oliveira, N. D. (2012) *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Saarbrücken: Editorial Académica Española, p. 62).

¹⁶ Cepik, M. (2003) “Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual”, in *DADOS – Revista de Ciências Sociais* 46 (1): 75.

¹⁷ No período entre 1955 e 1967 ocorre a associação entre a burguesia industrial brasileira e os oligopólios multinacionais, ao mesmo tempo em que se acirra a luta de classe entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, apontada por Francisco de Oliveira como já existente no período da República Velha.

¹⁸ Fernandes, F. (2005) *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, p. 242.

Temas de América Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

Essa nova orientação econômica para os organizadores do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)¹⁹ - a necessidade de uma administração pública racional e científica - era uma decorrência natural do aumento da responsabilidade do poder executivo nos tempos modernos, particularmente para garantir os investimentos econômicos. Assim, afirmavam, não havia dúvida quanto à necessidade crescente da intervenção do poder estatal em todos os setores da atividade nacional, e para isto a racionalização administrativa era indispensável.

Nessa perspectiva o DASP também propunha, no início dos anos de 1940, a reestruturação da polícia política para garantir melhor eficiência de geração de informações sobre a segurança nacional, dada a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Tal perspectiva foi assumida pelo então Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra, através do anteprojeto do Decreto-Lei encaminhado ao Presidente da República.²⁰

Em 1941, numa mensagem secreta, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, atento ao desenrolar da 2ª Guerra Mundial, afirmava ao Ministro da Justiça a necessidade de ser criado um serviço secreto de informações que teria a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública e que seria responsável pela direção geral dos serviços de polícia de todo o país e também pela busca de informações e contraespionagem em âmbito nacional e, quando necessário, agiria até no exterior.²¹

A defesa da criação de um Serviço Secreto de Informações visando à segurança interna do país também era defendida pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), conforme os pesquisadores Roratto e Carnielli. A posição do DASP foi assumida pela SG/CSN, defensora de que as atividades atinentes à segurança interna do país fossem dadas à Polícia Civil do Distrito Federal (que, anos mais tarde se tornará o Departamento Federal de Segurança Pública). Já os militares defendiam que as funções de segurança, fossem internas ou externas era de sua competência, portanto, o órgão a ser criado deveria estar vinculado ao Ministério da Guerra. Por seu lado, o Ministério da Justiça, propôs que tal órgão ficasse vinculado à um dos Ministérios, à semelhança do Federal Bureau of Investigation (FBI) norte-americano, que era vinculado ao Departamento de Justiça:

“Não satisfeito com a posição do DASP, o Ministro da Justiça, devido à proximidade com o Presidente da República, tentou viabilizar a criação de serviço de inteligência independente da polícia com base nos seus pareceres e nos da SG/CSN, mas não obteve sucesso. A oposição do DASP, ao reexaminar o assunto, ficou evidenciada na Exposição de Motivos Reservada nº 2.888, de 17 de outubro de 1942, quando se manifestou contrariamente à criação do Serviço Federal de Informações, ao reforçar seu anterior ponto de vista de que essas atividades deveriam ser atribuídas à Polícia Civil do Distrito Federal. Na mesma Exposição de Motivos, o DASP solicitou autorização do Presidente da República para, em entendimento com as autoridades competentes, proceder à revisão da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, com o objetivo de atribuir a esse órgão jurisdição nacional para as atividades de natureza política, conservando-lhe o âmbito local para as funções de Polícia Civil.”²²

¹⁹ O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi um órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo decreto-lei 579, em 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas (período do Estado Novo). Fazia parte de um esforço de reforma na administração pública brasileira, e já estava previsto na constituição de 1937. Além de fornecer elementos para melhoria da máquina pública, o DASP deveria fornecer assessoria técnica ao presidente da república e elaborar a proposta orçamentária.

²⁰ Mensagem Secreta 98/59, de 27 de outubro de 1941. Doc. sobre o processo de criação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Fundo DGE, Setor Administração, Pasta 1 – cont., Dossiê DPS, p. 3, 1943, in Roratto - Carnielli, *op. cit.*, p. 10.

²¹ Leitão, A. M. - Silva, D. C. S. da (1998) “Um histórico do fundo DEOPS-SP”, in *Quadrilátero: Revista do Arquivo do Distrito Federal* 1.

²² Roratto - Carnielli, *op. cit.*, p.11.

Temas de América Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

Nesta tendência à centralização dos serviços de segurança nacional, também denominados Serviço de Inteligência, ganhou novo fôlego em 1944, quando a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPE) foi transformada na Divisão de Polícia Política e Social (DPS), regulamentado em 1946. A nova DPS ficou subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP),²³ ambos subordinados ao Ministério da Justiça, e, portanto, a função da polícia política ficou, neste período, sob o crivo da hierarquia civil na burocracia estatal, embora sua direção estivesse nas mãos de um militar designado pelo presidente. Segundo Reznik, durante os anos 40 em que funcionou como agência federal, a DPS²⁴

“não apenas rotinizou procedimentos de investigação, como estabeleceu vínculos formais com os DOPS's e as Secretárias de Segurança estaduais, com as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, com os Serviços de Informações e com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos. Desta maneira estruturou, para viabilizar as suas funções, uma rede nacional e internacional.”²⁵

Tais aparatos policiais foram importantes na vigilância e na repressão no período Vargas, sofisticando a sua prática de infiltração nos movimentos operários, nos sindicatos, nas agremiações políticas, nas entidades de classe, como também nos movimentos de caráter associativo e/ou reivindicatórios por direitos democráticos. Todos eram considerados comunistas, acusados de tentarem desestabilizar a ordem vigente, pelo que deveriam ser expurgados onde se encontrassem.

O assunto volta à baila quando da discussão da Lei de Segurança Nacional, ainda na década de 1940, sob a contraditória justificativa de que era necessário vigiar para se garantir os direitos constitucionais e a defesa da democracia.

Seguindo a tendência mundial de reformulação dos conceitos de defesa interna e do continente latino americano, parametrado no National War College, nos EUA, criado em 1946, sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, com o objetivo de desenvolver uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, aqui no Brasil também os debates se acentuaram, resultando no que ficou conhecido como a Doutrina de Segurança Nacional.²⁶ É neste momento que surgem as escolas militares na América Latina, segundo a inspiração da escola de guerra norte-americana: a Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; a Academia de Guerra, no Chile; a Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; a Escola Superior de Guerra, na Colômbia; e a Escola de Altos Estudos Militares na Bolívia. No caso brasileiro,

“A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria. Assim, pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, surgia a ESG, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional. A

²³ Em março de 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) (Reznik, *op. cit.*, p. 94).

²⁴ Apesar das diferenças o SNI foi herdeiro da DPS.

²⁵ Reznik, *op. cit.*, p.11.

²⁶ Como parte da iniciativa da conhecida Doutrina de Segurança Nacional, a Escola das Américas foi inicialmente criada em Fort Amador, no Panamá. Sua denominação inicial foi “Centro de Adestramento Latino-americano - Divisão da Terra”. Sua missão principal era a de fomentar cooperação ou servir como instrumento para preparar as nações latino-americanas a cooperar com os Estados Unidos e manter assim um equilíbrio político contendo a influencia crescente de organizações populares ou movimentos sociais de esquerda.

instituição nascia subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias”.²⁷

Era claro que a ideologia da segurança nacional perseguida pelo Estado brasileiro com o endosso da ESG, refletia os interesses estadunidense na contenção do ideário, tanto comunista como nacionalista, que poderia abalar a sua influência política e econômica na nova ordem mundial no pós Segunda Guerra Mundial no continente latino americano. Dessa maneira,

“os EUA apressaram a formação de alianças regionais com o intuito de combater a possível expansão soviética e, mais que isso, impedir a expansão do ideário comunista, e mesmo reformista, evitando assim que tais ideais pudessem de alguma forma ameaçar a segurança do país.²⁸ Ao analisar os documentos relativos ao TIAR,²⁹ é possível observar dentre os seus objetivos o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente, restringindo a interferência de potências não americanas na região.³⁰ Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico.”³¹

A partir de 1946, na tensão entre liberdades democráticas e mobilização social por direitos civis e trabalhistas, ressurgentes após o longo período de ditadura getulista, as polícias políticas permaneceram com a mesma prática repressiva, acabando por fazer a defesa dos interesses dos setores das burguesias agrária, comerciária e industrial que se viam ameaçadas pela ampliação dos direitos civis.

O recrudescimento das lutas sociais e trabalhistas colocou em pânico a ordem dominante e esta se mobilizou, mais uma vez, para garantir a continuidade das condições que a mantinha dominante no Estado brasileiro. É como se a democracia liberal em si fosse um risco a tal dominação que não poderia conviver com a possibilidade de que propostas alternativas, mesmo no interior do capitalismo, encontrassem respaldo nos segmentos que tinham força para ampliar o estreito grupo que dominava o Estado e que ditava as regras para o desenvolvimento do país, conforme seus interesses.

Em face às mobilizações de classe, particularmente a trabalhadora, o Estado estampa a contradição: a definição de métodos próprios para a prevenção e a repressão às ações que considerava crimes contra a ordem política e social e o ideário de garantia as liberdades civis e políticas.

²⁷ Fernandes, A. S. (2009) “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”, in *Antíteses* 2 (4): 841. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668> > em dezembro de 2009.

²⁸ Para os policymakers de Washington, segurança nacional era definida em termos de correlação de poder. Poder era definido em termos de controle de recursos, infraestrutura industrial e bases externas. Assim a segurança do país residia na superioridade econômica e tecnológica sobre qualquer potencial adversário. Nesse aspecto, é necessário esclarecer que a noção de Segurança Nacional cunhada nos EUA é tão ampla que ela pode ser considerada ameaçada, por eventos ou mudanças ocorridas em qualquer parte do planeta. Referindo-se às relações com a URSS, Leffler afirma que a concepção norte-americana de segurança nacional podia gerar ansiedades e provocar reações de um governo orgulhoso, suspeito, inseguro e cruel, que era, ao mesmo tempo apreensivo sobre as implicações em relação à reabilitação de inimigos tradicionais e à instalação de bases estrangeiras na periferia do seu território (Munhoz, S. J. (2002) “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”, in *Revista Diálogos* 6).

²⁹ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (em inglês: *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance*), também conhecido pela sigla TIAR ou como Tratado do Rio, é um tratado de defesa mútua celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro entre diversos países americanos. O Brasil é o Estado depositário original do tratado, enquanto que a Organização dos Estados Americanos é a depositária para fins de administração do acordo.

³⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)- Pasta 389/ 1 /31 - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.

³¹ Munhoz, *op. cit.*, pp. 43-44.

Temas de América Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

Neste período de prevalência dos preceitos constitucionais, criou-se a Seção de Segurança Nacional, em 1947, vinculada ao Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior (SSN/MJNI). Esse órgão era uma espécie de coordenador de estudos sobre a Segurança Nacional no país e foi o responsável pela elaboração do anteprojeto da nova Lei de Segurança Nacional.

Acompanhava tal institucionalidade a importância que o tema da segurança nacional no período pós-guerra ganhava mundialmente na medida da divisão do mundo em países capitalistas e socialistas, reforçando, para os primeiros, o espectro da revolução social e da internacionalização do comunismo no mundo ocidental. Ante a impossibilidade da construção de um Estado com participação dos segmentos trabalhistas, a violência será a única forma de garantir o Estado que se desenvolvia no Brasil naquela conjuntura, conforme afirma Livia Cotrim:

A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na super-exploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática - porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas-, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática.³²

Nesta perspectiva não é de se estranhar a continuidade de políticas estatais de investimentos em serviços de informações (inteligência) cada vez mais articulados nacionalmente e centralizados no governo federal. Assim, em 1946, na gestão de Eurico Gaspar Dutra, foi criado o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Era tanta responsabilidade que, segundo a historiadora Antunes, naquela ocasião o executivo federal concluía que a SG/CSN não estava preparada para exercer tal responsabilidade, e que seria necessária a criação de um órgão “que tivesse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à defesa do país de forma sistemática e permanente, e que tivesse suas atribuições precisamente definidas”.³³

Tanto na reestruturação das polícias políticas na década de 1940, e na regulamentação do SFICI em 1956 a influência das Forças Armadas é notória, como ideóloga de uma doutrina de segurança nacional³⁴ e porque assumiram, concretamente, a direção dos organismos criados.

Embora fosse um organismo intermediário de assessoria à Presidência da República, a direção do SFICI era exercida de forma alternada por oficiais superiores das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), fato que começou a marcar a presença militar dominante na condução da atividade de inteligência de Estado, como já acontecia com a nomeação de oficiais superiores para a chefia da polícia do Distrito Federal, no governo Vargas. O SFICI foi regulamentado somente 12 anos depois de sua criação através do Decreto nº 44.489-A (BRASIL, 1958), com a competência de superintender e coordenar as atividades de informações que interessavam à Segurança Nacional.³⁵

³² Cotrim, L. (2000) “O capital atrofico: da via colonial à mundialização”, in Chasin, J., *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, , p. VI.

³³ Antunes, P. C. B. (2002) *SNI & ABIN Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 47.

³⁴ A marcha pela “modernização”, como objetivo da atuação política (...) estava em jogo, constituindo-se num dos principais traços de continuidade da intervenção militar entre 1930 e 1964. Sendo assim, é possível inferir que (os militares) disputavam também a forma que iria garantir o prosseguimento da construção da potência, do “destino glorioso que o Brasil teria a cumprir”, ou seja, a “luta pela modernização” e pela “construção da potência” acabava tendo um mesmo e único sentido (Pereira, M. B. (1997) “Estado Novo: a constituição das bases do ‘partido militar’ e do projeto ‘Brasil Potência’”, in *Caderno Premissas* 15-16: 48-49).

³⁵ Roratto - Carnielli, *op. cit.*, p. 17.

Temas de America Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

Assim, embora a tendência à centralização das informações de inteligência e dos serviços secretos de vigilância e repressão tenha ocorrido já nas décadas de 1940, defendemos que a sua real atuação enquanto um sistema estruturado, com capilaridade suficiente para abranger todo o país e subordinar as estruturas estaduais das polícias quando se tratava da denominada segurança interna, só ocorrerá no governo de Juscelino Kubistchek (JK).

Destarte a partir da segunda metade da década de 1950, a articulação dos principais órgãos que atuam como polícias políticas, ou seja, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e seus apêndices, o DFSP e sua subordinada a Divisão de Polícia Política Social (DPS), as seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, assim como os Serviços de Informações das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS's) e as Secretárias de Segurança estaduais, compõe, pela primeira vez no Brasil, um sistema que integra horizontal e verticalmente, todo o aparato repressivo da Nação.³⁶

Estruturando-se como uma central única de informações nacional, suas ramificações adquirem também dimensão internacional, pelas conexões com a polícia política de vários países europeus, latinos americanos e principalmente com os EUA.

Se compararmos a criação do SFICI em 1946 com a sua efetivação no governo de JK, o diferencial é que a partir de 1956, aos princípios de tal agência federal de informação, acresce-se todo o ideário da espionagem e contraespionagem fruto do pós-guerra e também do contato das autoridades brasileiras com membros da CIA.³⁷

Conforme afirma Lucas Figueiredo somente após a efetiva pressão norte-americana, na figura do então Secretário de Estado John Foster Dulles em 1956, o Serviço Secreto (federal), ou seja, o SFICI saiu do papel e recebeu apoio financeiro e logístico através da CIA e do FBI.³⁸ A insistência dos EUA na montagem de uma agência de inteligência federal sobre o crivo das Forças Armadas para manter e obter informações do “movimento comunista” nas Américas era crucial na estratégia de repressão, pois o Brasil era o maior aliado sul americano naquele período.

Assim começou o SFICI a ser organizado no interior da segunda seção da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN). Segundo Antunes, a proposta era de que, “com o amadurecimento da agência, a SFICI se desligaria da segunda seção da Secretária do CSN e se tornaria um órgão autônomo, subordinado diretamente à Presidência da República”.³⁹ A Secretaria Geral do CSN, criada pelo Decreto nº 44.489, de 15 de setembro de 1958, continha um gabinete, três seções e o SFICI. Este era composto por quatro subseções: a do exterior, a do interior, a de segurança interna e a de operações. No entanto, não possuía autonomia financeira, pois suas verbas estavam incluídas nas da Secretaria Geral do CSN.

³⁶ Para o desenvolvimento desse trabalho centramos a análise na documentação de dois órgãos federais, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) que centralizavam as informações das polícias políticas estaduais. Dada a imensidão, a explanação dessa articulação entre as esferas nacional e as estaduais se explicita através de alguns estados da federação, principalmente o Estado de São Paulo, no qual funcionava, assim como em todos os outros estados, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-SP).

³⁷ A CIA começou a valer-se de operações encobertas desde a sua fundação em 1947. Nas décadas de 1950 e 1960, os Estados Unidos utilizava-se de operações encobertas combinadas com outras ferramentas de política externa, muito embora a organização da atividade de inteligência norte-americana remontasse à década anterior.

³⁸ O secretário de Estado John Foster Dulles, pressionava o Brasil para intensificar seu programa anticomunista. Para Dulles, não podia haver desenvolvimento econômico e político sem segurança interna nacional. HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1998, p. 97.

³⁹ *Ídem*, p. 48.

O SFICI funcionava como agência central de processamento de todas as informações sobre atividades consideradas suspeitas, provenientes de todos os órgãos policiais do país, tais como as DOPS(s), as autarquias, as Secretarias de Segurança dos Estados, Ministérios civis, etc.

Todas estas informações passaram a ser processadas e enviadas para uma Junta Coordenadora de Informações (JCI), criada em dezembro de 1958, quando da aprovação de um novo regimento interno da Secretaria Geral do CSN e regulamentada em setembro do ano seguinte,⁴⁰ tendo como atribuições, “as informações de interesse para a segurança nacional serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela Junta Coordenadora de Informações.”⁴¹

A JCI era presidida pelo secretário-geral do CSN e a integravam os representantes dos estados-maiores dos Ministérios militares, do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), os Ministérios civis, o Departamento Federal de Segurança Pública e o chefe de gabinete da Secretaria Geral do CSN.

Com a ativação do SFICI em 1956, o envolvimento do alto escalão do poder Executivo federal andar *pari passu* com a movimentação e organização das classes trabalhadoras, das propostas econômicas e políticas dos segmentos burgueses e do posicionamento das Forças Armadas sobre aquela conjuntura, e sob o espectro da Revolução Comunista.

Tal fato torna-se evidenciado, seja na reivindicação de mudança da Lei de Segurança Nacional de 1953 - considerada ineficiente para conter as movimentações sociais-, seja na reformulação do CSN em 1958, visando maior centralização das informações referentes à Segurança Nacional, como também na criação da Junta Coordenadora de Informações (JCI) em 1959, cuja missão era a de organizar as informações advindas de todas as instâncias governamentais, seja na função social que cumprira essa rede de informações no período em questão, e posteriormente. Em particular, no período ditatorial inaugurado em 1964, que contará com um acervo organizado de informações sobre praticamente toda a sociedade e com os incontáveis dossiês já existentes para o aprofundamento da repressão política.

Com tal medida o Governo JK articulava a vigilância e a repressão nacionalmente, e a faz presente em todas as instâncias da estrutura do Estado, apesar do que rezava a Constituição de 1946 sobre as liberdades políticas, de manifestação e expressão.

O fluxo de informações: cobrindo o território nacional

Uma infinidade de informações circulava entre as polícias políticas, os Ministérios, as Forças Armadas, enfim toda a estrutura governamental, vigiando e monitorando a sociedade civil.

Ou seja, conforme as demandas sociais cresciam, usufruindo dos direitos constitucionais, mais focos subversivos eram identificados pelos agentes policiais, agora unificados na ação e com objetivos integrados. Não poderiam prever indivíduos, organizações, mobilizações populares ou partidárias, que sua “cidadania” dava argumentos para restringir-se ainda mais a já restrita constitucionalidade. Eram notórias as restrições à cidadania nas práticas arbitrárias da policia, presentes quando das mobilizações

⁴⁰ Decreto nº 46.508/A, de 20 de setembro de 1959.

⁴¹ Decreto nº 45.040, parágrafo 1º do artigo 4º, de 06 de dezembro de 1958.

sociais, na obstrução das entidades sindicais, na perseguição a seus membros, na violência policial encontrada nas delegacias de polícia, na cassação de mandatos parlamentares, enfim na criminalização do social.

O cotidiano das delegacias de polícia já vinha impregnado de uma visão de vigilância e repressão, e naquele momento, a isto se somava o monitoramento da Secretaria Geral do CSN, orquestrando essas informações sobre “tudo e todos”. Parte dos documentos que analisamos são as correspondências entre o Serviço Secreto da DOPS-SP e a referida secretaria. Esses documentos eram os boletins diários das ocorrências policiais que fossem consideradas atentatórias a segurança nacional, que provinham do Estado de São Paulo e que abrangia também a outras regiões do país, pois na capital paulista havia representações nacionais de várias entidades de classe.

Os referidos boletins nos revelaram um universo de movimentações sociais consideradas afetas ao serviço policial por serem, segundo as autoridades, relativas à segurança nacional, demandando o monitoramento e possível repressão das polícias políticas. Informações que, enviadas à CSN eram ali processadas, elencando-se o que era prioritário ter continuidade. Após eram reencaminhados para as respectivas autoridades policiais para maior averiguação e posteriores providências. Cada dossiê de investigação permitia a instauração de um inquérito e de uma ação repressiva dos órgãos de polícia política.

Tal vigilância denota a impossibilidade da democracia liberal, pois impedia a liberdade de expressão e atentava contra a privacidade do cidadão, configurando-se uma constitucionalidade restringida. Da vigilância partia-se para a montagem de dossiês visando aniquilar os movimentos sociais criminalizando-os, respaldando-se, tal ação, na Lei de Segurança Nacional: “A polícia política ou serviço de inteligência como é internacionalmente conhecida, não se limita à repressão dos movimentos sociais no momento de sua manifestação. Ela supõe um passo além: objetiva, minucioso controle de caráter ideológico de cada organização procurando, a partir da realização de um diagnóstico bastante rigoroso, esvaziar aquelas intenções de mobilização pela perseguição aos líderes e veículos de difusão.”⁴²

Os Boletins diários eram enviados quinzenalmente ao Chefe de Gabinete do secretário-geral do CSN com o seguinte cabeçalho: Serviço Secreto – Resumo de Informações reservadas, constantes dos Boletins Diários deste serviço referentes ao período de (1 a 15 ou de 16 a 30 do corrente).

Os agentes estaduais acompanhavam de perto todas as atividades referentes à sociedade civil tanto no campo como na cidade. Além da vigilância aos trabalhadores e às suas organizações, lideranças, expressões, mobilidades, etc., também acompanhavam as associações da sociedade civil com plataformas democráticas ou simplesmente progressistas. A justificativa era que as liberdades asseguradas pela nova Constituição representavam um perigo e, em médio prazo, desembocavam em movimentos subversivos que atentavam contra a ordem estabelecida.

As mobilizações da sociedade civil à procura de soluções para os problemas gerados pela continuidade a desigualdade, pelo crescimento industrial acelerado e pelo padrão de expansão urbana e pela continuidade dos problemas do campo, problemas esses relativos aos salários e condições de trabalho, à “carestia dos preços”, às condições de moradia e, à representação política de fato-, eram consideradas um atentado a Segurança Nacional.

⁴² Magalhães, M. B. de (2001) *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED; apud Monteiro, C. - Gandra, E. Á. (2005) “Os ferroviários no Paraná e suas lutas políticas na década de 1950”, in *Revista Analecta* 6 (1): 66-67.

Cumprindo as determinações do CSN, as Delegacias de Ordem Política e Social Estaduais, mantinha semanalmente relatórios de vigilância referentes a diversas instituições de caráter privado ou público, alimentando de informações tanto o CSN como os demais ministérios civis, na medida dos interesses de cada instituição governamental no que tangia a busca de informações relativas à segurança nacional. Assim cada ministério encaminhava o seu pedido de levantamento de informações ou respondia a pedidos de outros departamentos ministeriais, da Secretaria Geral do CSN, ou das delegacias especializadas, assegurando o maior levantamento a respeito daqueles assuntos.

A capilaridade das informações é evidente abarcando todas as ocorrências de investigação policial no cotidiano do executivo federal. O gerenciamento ao gerenciamento das demandas policiais caracteriza um Estado policial na busca desenfreada aos inimigos internos. Desta maneira a doutrina de Segurança Nacional é gestada no interior de todas as instituições governamentais orquestrada pelo poder executivo, determinando as prioridades ao que concernem os interesses do Estado na sua perpetuação e manutenção das relações de poder.

Nessa perspectiva as demandas investigativas que eram atributos das polícias políticas se tornam agora responsabilidade de todas as instituições governamentais centradas na defesa da segurança nacional. O documento a seguir demonstra tal assertiva, pois é proveniente da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) e estabelece as normas sobre o trâmite de informações intergovernamentais centrada no SFICI (que é subordinado ao CSN),

“Toda correspondência pertinente as atividades informativas e operacionais desse Serviço que implique em assegurar ligações laterais com órgãos correlatos, deverá ser da responsabilidade do Chefe do SFICI, e, portanto, por ele assinada, de modo a evitar retardo e burocracia no fluxo de intercâmbio de informes ou informações (...)

a permuta de informes e informações poderá ser feita diretamente com os seguintes órgãos laterais e correlatos: 2ª Seção do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), 2ª Seção do Estado Maior dos Ministérios da Aeronáutica e da Guerra, Serviço de Informações da Marinha, Seção de Segurança de Ministérios Civis, Divisão de Polícia Política e Social (DPS) do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Delegacias de Ordem Política e Social das Polícias Civis dos Estados e Territórios. (...)

o entendimento direto dessa Chefia com os membros da Junta Coordenadora de Informações (JCI) e com outros órgãos correlatos só se fará por decorrência da execução de medidas aprovadas pela referida Junta ou no interesse de serviços pertinentes à mesma.”⁴³

É centrada nessa determinação do CSN sobre o fluxo de informações que percebemos o envolvimento de várias instâncias governamentais na gênese de vários processos investigatórios que desencadeiam posteriormente todo o trâmite de informações dos envolvidos até chegar na hierarquia policial, que formaliza a investigação dando aspecto jurídico na obtenção das provas e na montagem do inquérito policial. No documento a seguir a investigação é proveniente do Ministério da Guerra e versa sobre as atividades comunistas na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN). A SG/CSN encaminha a denúncia ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores,⁴⁴ ao chefe do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), ao comandante da AMAN, as diretorias de ensino, formação e diretoria

⁴³ Memo reservado n° 63/Gab/59 de 15 de outubro de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do SFICI. Assunto: normas sobre correspondência informativa e operacional. Acervo do CSN in Arquivo Nacional de Brasília (ANBr): BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 2, docs. n° 83-84.

⁴⁴ Of. confidencial n° 80-Gab/2253/59 de 29 de dezembro de 1959. Do Secretário Geral do CSN ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: atividade comunista. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 4, doc. n° 3.

geral do ensino da referida academia, ao chefe do Estado Maior do Exército (EME) e ao Diretor da Divisão de Polícia Política e Social (DPS).⁴⁵

Nesse outro informe o trâmite informativo é mais abrangente, envolvendo a SG/CSN, os Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, o Departamento Federal de Segurança Pública,⁴⁶ a Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, a DOPS-MG e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).⁴⁷ Nesse caso há dois documentos que versam sobre o mesmo assunto, intitulado: atividades nocivas à Segurança Nacional: cidadão Gerard Papaziani. O relatório da DOPS-MG acusa o cidadão de nacionalidade egípcia de crime de estelionato.⁴⁸

Como se vê, o relatório da DOPS-MG é iminentemente policial, caracterizando o estelionato do referido personagem, mas por se tratar de cidadão estrangeiro entra na categoria de atividade nociva à segurança nacional. É o cotidiano das delegacias de polícia política fazendo parte das instituições governamentais.

O movimento operário na malha fina do sistema de informações

Diante desse sistema de informações, a maior preocupação dessas autoridades era o da possibilidade da classe trabalhadora ter alguma participação na política nacional. Pois, naquela conjuntura, as garantias prometidas pela Constituição de 1946, levavam a classe trabalhadora, assim como os demais segmentos sociais a objetivarem tal participação política e representativa no grande debate sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro.

Mas para os agentes do Estado, tal reivindicação representava o “caos social”, na medida em que o movimento operário brasileiro era sinônimo de Partido Comunista, essa era a postura do agente infiltrado na realização do Primeiro Congresso Sindical do Estado de São Paulo,⁴⁹ que segundo ele, tal congresso auxiliaria a consecução da política sindical comunista porque:

“Permite a realização efetiva da política unitária, sem exclusivismo partidário. Permite unir e organizar a classe operária, elevando sua consciência para o desejo de que se torne a classe dirigente. Fortalece a classe operária na influência política do país. Apresenta em temário as reivindicações mais cobiçadas pela classe operária, provocando assim o desejo da unidade de ação, indispensável à unidade sindical. Dá margem a que a liderança vermelha se sobressaia no conclave. Dá oportunidade a que por movimentos dessa natureza seja conseguido o direito da modificação da atual estrutura sindical. Anima a que o trabalho nos sindicatos não seja trabalho de alguns, mas de todos os comunistas.”⁵⁰

⁴⁵ Memo confidencial nº 90-Gab/59 de 29 de dezembro de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do Sáfico com cópias a vários departamentos. Assunto: atividade comunista na AMAN. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 3, doc. nº 121.

⁴⁶ Of. confidencial nº 686-Gab/2799/60 de 22 de julho de 1960. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do DFSP. Assunto: atividades nocivas à segurança nacional: Gerard Papaziani. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, doc. nº 122.

⁴⁷ O Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) foi criado em 1934 pelo Decreto nº 23.979, de 08/03/34.

⁴⁸ ⁴⁸ Of. confidencial nº 951-Gab/21085/60 de 16 de setembro de 1960. Do chefe de gabinete da SG/CSN AO CHEFE DO Departamento Político e Cultural do Itamarati. Assunto: atividades nocivas à segurança nacional: Gerard Papaziani. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_662_Parte 2, documentos nº 135-136. O outro doc. é de 22 de julho de 1960, Of. confidencial nº 685-Gab/2798/60. Do chefe de gabinete do SG/CSN ao secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, doc. nº 121.

⁴⁹ Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral. OF.SFI nº 54/60 de 18/02/1960. Correspondência entre o Chefe do SFICI e o Delegado Titular do DEOPS-SP. Relatório Reservado. Dossiê DEOPS 50-Z-745-116, folha 17.

⁵⁰ Ídem folha 8 e 7.

O que levava as autoridades policiais a temerem qualquer concentração dos trabalhadores era a grande movimentação grevista⁵¹ que assolava o país desde o início dos anos de 1950, demonstrando a rearticulação da classe trabalhadora e seu poder de contestação e de luta. Como resultado dessa grande movimentação o PCB buscou apoio de instituições da sociedade civil que eram a favor de maior participação política e na defesa da luta dos trabalhadores em uma articulação intersindical.⁵² Como bem observa Lúcio Flávio de Almeida sobre a postura do governo JK frente ao movimento operário,

"sua inabalável disposição de não permitir, sob pretexto algum a perturbação da ordem, do regime e das liberdades públicas. Como de praxe, atribuía a organização do movimento a conhecidos agitadores, que pretendiam produzir condições que ameaçassem a ordem e a paz do povo brasileiro através da deflagração de greves ilegais e concomitantes inspiradas por entidades marginais da vida sindical, estando nos seus planos até mesmo a greve geral. Na defesa da ordem e da paz do povo brasileiro, Juscelino foi duro, o que não significa nenhuma novidade. Contrapor o interesse nacional a greves de trabalhadores, desqualificar as lutas destes últimos fazendo referências a elementos e interesses estranhos ao movimento e recorrer a eufemismos como, no contexto, ordem, paz, liberdades públicas, para ameaçar o exercício da violência física, são procedimentos comuns a qualquer chefe de Estado burguês."⁵³

E nessa perspectiva de refrear o movimento operário através de uma legislação antigrevista que o executivo federal representado pelo secretário geral do CSN apela ao Ministério da Justiça que considerasse o estudo realizado por aquela secretaria sobre o projeto de Lei sobre o direito de greve: "Incumbiu-e o Exmº Sr. General Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional de encaminhar a V.Exª o estudo realizado nesta Secretaria, versando sobre projeto de lei, que regula o direito de greve, em tramitação na Câmara dos Deputados, submetendo-o à distinta e esclarecida consideração de V.Exª."⁵⁴

O referido estudo apontava que as ameaças de greve geral no país apresentavam como uma de suas reivindicações, a aprovação urgente de uma nova lei de regulamentação do exercício do direito de greve. Para os mentores do Estudo, tal reivindicação poderia atentar contra os imperativos da Segurança Nacional impedindo o livre pronunciamento dos poderes legislativo e executivo e contrariando a lei que regulamentava as greves em vigor naquela conjuntura.

Diante dessa exposição de motivos contra uma adequação da lei ao direito de greve, percebe-se ainda os resquícios de uma postura ditatorial do Estado Novo no controle da classe trabalhadora, pois o conflito das novas prerrogativas "democráticas" advindas da Constituição de 1946, não se coadunava com o pensamento do alto escalão militar que cumpunha o CSN. Sendo assim o secretário-geral do CSN, sugeria,

"o executivo deve intervir para assegurar a ordem pública; acompanhar atentamente os trabalhos que a respeito se desenvolvem nas casas do legislativo; atuar no sentido de esclarecer aos integrantes dos poderes legislativo e executivo os aspectos que

⁵¹ Embora não haja qualquer homogeneidade nos dados sobre o nº de paralisações e de trabalhadores em greve, o fato indiscutível, confirmado por todas as estatísticas, é o do crescimento contínuo das mobilizações grevistas entre o fim da década de 50 e o ano de 1963. (MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. Revista Lutas Sociais - NEILS-PUCSP, n.6, 1999, p.85.

⁵² Conforme José Albertino Rodrigues, embora a primeira tentativa de criar um órgão de cúpula paralelo à estrutura sindical date de 1946, por ocasião do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, a mais importante tentativa da década de 50 foi o Pacto de Unidade Intersindical. Este órgão passou a tratar de vários assuntos e necessidades dos trabalhadores, constituindo-se num fórum de debates e decisão. Entre eles, pode-se citar o debate e a criação de um órgão intersindical de estudos socioeconômicos, o DIEESE. Rodrigues *apud* Chaia, M. W. (1989) "DIEESE: saber intelectual e prática sindical", in *Lua Nova* 19: 147.

⁵³ Almeida, L. F. de (2006) *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, p. 289.

⁵⁴ Of. secreto nº 143/Gab 57-93 de 10 de setembro de 1959. Do chefe do gabinete da SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: Projeto de Lei sobre o direito de greve. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_654, doc. nº 74.

interessam à segurança nacional; atuar, através do Ministério da Justiça, Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), no sentido de coibir a ação dos elementos extremistas nas manifestações tipo grevista que reivindicam urgência para a provação da nova Lei; enviar aos Ministros do Trabalho e Justiça, cópias do presente estudo, como subsídio para seu pronunciamento a respeito do movimento grevista previsto para 3 de outubro do corrente ano; planejar e coordenar, por intermédio da Secretária-Geral (a cargo do SFICI), um sistema de contra-propaganda a ser realizado, por forma a esclarecer a opinião pública e particularmente os trabalhadores”.⁵⁵

Nessa perspectiva a repressão aos “inimigos internos” que sempre fora uma constante no governo republicano, naquela conjuntura, com o recrudescimento do movimento operário e ante a articulação das entidades representativas dos trabalhadores, o cerco foi total, tanto das entidades como de seus participantes que se tornaram o “bode expiatório” para justificar a vigilância e a repressão na manutenção da segurança interna e na defesa do Estado constituído,

“Observa-se um recrudescimento de atividades subversivas que podem vir a comprometer a Segurança Nacional e que tem exigido pronunciamentos e medidas repressivas por parte do governo. Destacam-se as ações de elementos comunistas, e em particular do cidadão Roberto Morena, junto a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio de Janeiro, e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. No interesse da segurança interna, e, sobretudo pretendendo evidenciar, uma vez mais, a energia e serenidade com as quais o Governo objetiva preservá-la, tenho a honra de encarecer a V. Exa., a necessidade, de como medida preventiva e na forma facultada pela legislação em vigor, examinar o possível afastamento de Roberto Morena das referidas entidades.”⁵⁶

Desta maneira, a sintonia do sistema de informações é evidente na ação conjunta dos órgãos envolvidos na vigilância e repressão aos movimentos da classe trabalhadora, abaixo a correspondência do CSN ao ministro do trabalho, indústria e comércio,

“O Exmº Sr. Secretário deu-me a incumbência de remeter a V. Excia., os informes em referência que anexo ao presente. Esta chefia já determinou ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI – para proceder as investigações necessárias para averiguação ou maior conhecimento do assunto e bem assim proceder estudo mais aprofundado sobre agitação social.”⁵⁷

O informe que acompanhava a referida correspondência intitulado Informe Secreto – Ação Subversiva – Agitação Social, de 14 de dezembro de 1959, traçava um quadro conjuntural desagregador, no qual a classe trabalhadora por exercer o seu direito constitucional de livre expressão e reivindicar melhores condições de trabalho e sobrevivência, era julgada vítima de elementos comunistas e partidos políticos no jogo eleitoral. Em outras palavras, uma “massa de manobra”, reforçando sempre a ideia que um povo ordeiro e pacífico por natureza que precisava ser tutelado pelo Estado, para se proteger de tais influencias nefasta,

⁵⁵ Ídem, doc. nº 85.

⁵⁶ No informe anexo não há referência que o cidadão Roberto Morena seja filiado ao Partido Comunista, mas pelo fato de ser membro atuante dos referidos sindicatos de classe, fica caracterizado como elemento subversivo e conseqüentemente comunista. Informe secreto – Administração Pública – Assistência Social de 02 de dezembro de 1959. Assunto: verificação de situação ilegal nas diretorias de órgãos sindicais. Acervo do CSN in no ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, doc. nº 247. E Of. secreto nº 28-2S/3232/59 de 10 de dezembro de 1959. Do secretário-geral do CSN ao ministro do trabalho, indústria e comércio. Assunto: Segurança Interna (encarece providências). Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, doc. nº 246.

⁵⁷ Of. secreto nº 168-Gab/324/59 de 18 de dezembro de 1959. Do chefe do gabinete do SG/CSN ao ministro do trabalho, indústria e comércio. Assunto: ação subversiva (remessa de informes). Referência: informe sobre agitação social de 14 de dezembro de 1959, proveniente do SFICI. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, doc. nº 291.

Temas de America Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

“No presente ano de 1959, uma onda de agitação popular vem tendo lugar, com intensidade ainda não observada no país. Acontecimentos como os de Belo Horizonte, Uberlândia, Florianópolis, Fortaleza, Recife, São Paulo, Rio, Bahia, Niterói, Paranaguá, Curitiba, Aragarças, Distrito Federal (bombas) inúmeras e constantes greves, dão bem uma ideia da inquietação que se avoluma e generaliza. As atuações populares têm sido dia a dia mais violentas e audaciosas, inclusive enfrentando, como no caso de Niterói e Curitiba, as Forças Armadas. Nota-se que, cada vez mais, o povo brasileiro, tão tradicionalmente pacífico e ordeiro, está a mercê da exploração de elementos mal formados ou interessados em agitações que sirvam aos seus “desideratuns” doutrinários ou eleitorais. Encontram, certamente, tais elementos, campo preparado à propaganda e aceitação de tal exploração, por manobram um povo ingênuo e mal informado que com a maior facilidade aceita pregação demagógica e que está convencido de que o custo de vida a que está submetido é sacrifício acima de suas características humanas; de que as irregularidades administrativas são a regra comum e que o princípio da autoridade já não mais existe”.⁵⁸

Diante desse quadro urgia uma ação imediata dos órgãos do governo, “A efetivação desses movimentos pode conduzir o Governo à necessidade de tomar providências para a garantia da ordem pública, face a uma situação em que os Estados não sejam capazes de controlá-la, criando assim, um clima propício a um acirramento da campanha contra o atual governo, por parte dos elementos contrários a sua orientação”.⁵⁹

Além de uma ação repressiva por parte do governo federal, também sentiam a necessidade de formar líderes sindicais afinados com a ideologia de segurança e desenvolvimento nacional, para conter tais movimentos, “Esta chefia solicita seja elaborado por este serviço, com a maior urgência, uma proposta de programa para a formação de líderes sindicais. Esclarece, contudo, que o programa em apreço deve estabelecer, em linhas gerais, ideias que fixem diretrizes indispensáveis ao que sem tem em vista, sem ater-se a detalhes ou minúcias desnecessárias.”⁶⁰

E para salvaguardar os interesses da nação, segundo as autoridades, os projetos de lei em tramitação no legislativo tem que assegurar que o desenvolvimento econômico calcado nos preceitos de segurança nacional fosse a prioridade dos parlamentares para conter a onda extremista que assolava o país,

“Esta Secretaria-Geral tem acompanhado com particular atenção as agitações sociais da presente conjuntura nacional e suas repercussões no campo político-social e econômico. As experiências das greves e dissídios coletivos de tão profundas consequências na vida social e econômica do país, vêm confirmar mais uma vez a extrema urgência da regulamentação do “Direito de Greve”, projeto que se encontra presentemente em discussão no Senado. É imperioso na proteção e salvaguarda dos interesses da nação que as atividades grevistas não fiquem ao sabor da demagogia e dos elementos extremistas, provocando constantemente o desassossego e a insegurança. Esta Secretaria-Geral tem a honra de solicitar a consideração de Vossa excelência a urgente necessidade – imposta pela experiência e

⁵⁸ Informe sobre agitação social de 14 de dezembro de 1959, proveniente do SFICI. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 3, doc. nº 292.

⁵⁹ Ídem, doc. nº 295. O doc. ainda informa os movimentos que poderão ocasionar perturbações da Ordem, como exemplo a Greve Geral patrocinada pelo CNTI, as greves dos ferroviários, marítimos, transportes urbanos, descontentamento na Força Pública de São Paulo e na Brigada do Rio Grande do Sul, movimentos populares contra a Cia Energética do Rio Grande do Sul, a Indústria de Laticínios de São Paulo e o aumento dos subsídios aos deputados estaduais de Minas Gerais. Como este informe, há uma centena deles cobrindo todo o território nacional, evidenciando o grande poder de infiltração das polícias políticas e do SFICI nos movimentos da sociedade civil.

⁶⁰ Memo. secreto nº 033/Gab., de 11 de agosto de 1959., Do chefe do gabinete da SG/CSN ao chefe do SFICI. Assunto: Programa de Formação de Líderes Sindicais. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_656_Parte 1, doc. nº 53.

pelas atuais circunstâncias – da aprovação do projeto que regulamenta o “Direito de Greve”, de acordo com os superiores interesses da Segurança Nacional.”⁶¹

Desta maneira no rol dessas preocupações que circundavam o executivo federal a revisão ou atualização da Lei de Segurança Nacional era uma das molas propulsoras. Segundo eles, a que vigia era insuficiente para conter o avanço comunista que tantos danos provocaram na manutenção da ordem e da autoridade do regime democrático.

Para eles as mazelas nacionais se resumiam no fomento dos antagonismos de classe exacerbados pelo PC, colocando em risco não só a segurança nacional, mas também o desenvolvimento econômico da nação. Então o movimento das classes trabalhadoras, dos estudantes, das agremiações democráticas com discursos nacionalistas e é claro a divisão das Forças Armadas, já eram sintomas nefastos da falência da lei.

“Esta Secretaria-Geral tem acompanhado com particular atenção a atuação dos elementos de ideologias contrárias ao regime democrático. Atuando segundo um plano de ação objetivo e tenaz, estes elementos têm procurado agitar paixões, envenenando a opinião pública e provocar antagonismos, solapando as bases da ordem e da autoridade do regime democrático. A própria lei da Segurança Nacional quer-nos parecer ser insuficiente porque tem permitido aos comunistas, acobertados por ela e talvez pela própria Constituição Federal, desenvolverem seu meticuloso programa de agitação social, diante dos poderes constituídos da nação. A própria convenção do Partido comunista anunciada por todos os jornais, realizou-se em plena cidade do Rio de Janeiro, no edifício da Associação Brasileira de Imprensa, num flagrante desrespeito e numa incontestável ameaça ao regime democrático. É contra este estado de coisas, que esta Secretaria-Geral tem a honra de se dirigir a Vossa Excelência sugerindo a revisão ou atualização da Lei de Segurança Nacional, a fim de que o regime democrático tão bem estabelecido no Brasil possa combater com real eficiência as ideologias contrárias ao regime.”⁶²

O CSN e a defesa do Continente Latino-Americano: conexões internacionais no combate ao comunismo

Era notória que a orquestração norte-americana nas propostas de defesa do hemisfério ocidental partindo do território brasileiro, sugeria ao Brasil uma posição de supremacia continental latino americana, e em contrapartida o governo brasileiro esperava receber em médio prazo as benesses de tal parceira em desenvolvimento econômico industrial.

Assim em Julho de 1956 o embaixador americano em nome do seu governo, transmitiu ao Ministério das Relações Exteriores, Nota Secreta, em que solicitava a instalação e operação em território brasileiro, em proveito da defesa do Hemisfério Ocidental de: base para orientar projetéis dirigidos, que seria construída na Ilha de Fernando de Noronha; estações para comunicações do Exército americano que seriam construídas em Maceió; desenvolvimento e uso dos aeroportos de Natal e Belém; Estações LORAN, auxiliares de navegação, que seriam construídas em Fernando de Noronha, Fortaleza e Natal.⁶³

⁶¹ Of. Confidencial nº 82-2S/21480/60 de 05 de dezembro de 1960. Do secretário-geral do CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: Direito de greve. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_665, doc. nº 18.

⁶² Of. confidencial nº 83-2S/21481/60 de 05 de dezembro de 1960. Do secretário-geral do CSN ao ministro da justiça e negócios interiores. Assunto: Lei da Segurança Nacional. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_665, doc. nº 19.

⁶³ Doc. nº 300 A GAB. – 83 A/ 134 A de 31 de outubro de 1956. Do chefe de gabinete do CSN ao Secretário Geral do CSN. Assunto: Compromissos do Brasil na Defesa do Hemisfério. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_646, doc. nº 225. Cabe ressaltar também que a expectativa brasileira frente a esses acordos era o reconhecimento norte-americano na facilitação de acordos econômicos que pudessem incrementar as indústrias

Temas de América Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

Apesar da preocupação norte-americana em garantir pontos estratégicos no continente latino americano, não se via o continente latino americano como prioridade nos investimentos econômicos e de segurança externa na política de Estado estadunidense. Somente com o advento da Revolução Cubana em 1959 que a América Latina foi reinserida de forma dramática nas preocupações estratégicas dos EUA.⁶⁴

Fica evidente que o papel do Brasil naquela conjuntura marcada pelo acirramento das movimentações sociais em grande parte dos países latinos americanos era o de monitorar e fornecer informações calcadas nos acordos internacionais que objetivavam a vigilância e a troca de informações dos movimentos considerados atentatórios a Segurança Nacional interna e do continente latino americano. Nessa perspectiva viam nesses movimentos internos uma extensão internacional da exportação da revolução comunista que poderia colocar em cheque, segundo eles, o desenvolvimento da economia capitalista em nível mundial e a manutenção dos governos “democráticos” sob a égide da política estadunidense.

Nessa perspectiva, a documentação do CSN, no decorrer de 1959, é de total vigilância aos países latino-americanos. Os relatórios sobre a infiltração comunista chegam a surpreender, pois percorrem diversos países, pessoas, entidades de classe, personalidades, como se fosse uma extensão de nossa polícia política interna, na mesma proporção, no mesmo *modus operandi*. É o caso da visita a Cuba do redator do *Semanário Indiano Blitz*,⁶⁵ de Raul Castro a Tchecoslováquia e a República Árabe Unida,⁶⁶ visita de um Senador chileno a Polônia,⁶⁷ visita da delegação parlamentar boliviana à China Comunista,⁶⁸ viagem à China Comunista de representante da Associação de Mulheres Cubanas,⁶⁹ só para citar alguns casos de vigilância de pessoas e entidades civis.

Do Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI) o levantamento da situação interna dos países vizinhos (principalmente a ação dos comunistas e seus aliados políticos) além de servir como monitoramento das fronteiras e trocas de informações entre governos, servia de base para comparar com a situação interna do Brasil.

“Diante das referidas informações foi determinado ao SFICI que elaborasse um estudo comparativo da situação interna da Argentina com a conjuntura nacional brasileira, convindo desde já ressaltar a V.Ex^a que o desenvolvimento dos acontecimentos naquele país é um sinal de alerta para o nosso governo, pois a simples e superficial apreciação da nossa situação interna, apresenta: a realização

de base e a liberação de empréstimos em médio prazo. Para o Chefe de Gabinete do CSN: “Fortaleçamos o nosso poder econômico, fortalecendo o nosso poder nacional.”

⁶⁴ A administração John Kennedy procurou responder rapidamente àquilo que considerou uma preocupante crise socioeconômica e um forte desejo de mudança na América Latina no início da década de 1960. O governo norte-americano também estava preocupado que a região se transformasse num foco de revolução e que os latino-americanos pudessem abraçar o comunismo (Pereira, H. A. de A. R. (2005) *Criar Ilhas de Sanidade: Os Estados Unidos e a Aliança Para o Progresso no Brasil (1961-1966)*, Tese de Doutorado defendida na PUC-SP, p. 81).

⁶⁵ Of. Confidencial n° 699-Gab/2812/60 em 25 de julho de 1960. Do chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: visita a Cuba de redator do “Semanário Indiano Blitz”. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, doc. n° 135.

⁶⁶ Of. Secreto n° 726-Gab/3839/60 em 27 de julho de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha. Assunto: Visita de Raul Casto a Tchecoslováquia e República Árabe Unida. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 2, doc. n° 162.

⁶⁷ Of. Reservado n° 803-Gab/1921/60 em 12 de agosto de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: visita de Senador chileno à Polônia. Acervo do CSN in no ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_661_Parte 1, doc. n° 125.

⁶⁸ Of. Reservado n° 806-Gab/1924/60 em 12 de agosto der 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha. Assunto: Visita da Delegação Parlamentar Boliviana à China Comunista. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_661_Parte 1, doc. n° 128.

⁶⁹ Of. Confidencial n° 945-Gab/21079/60 em 16 de setembro de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Assunto: Viagem à China Comunista de representantes da Associação de Mulheres Cubanas. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_662_Parte 2, doc. n° 129.

de greves programadas em diferentes áreas do país, continuamente, havendo mesmo ameaça e indícios de greve geral; aumento constante do custo de vida particularmente nos gêneros de primeira necessidade; e finalmente a realização dos primeiros atos de sabotagem violentos que se identificam com os de terrorismo; tudo, em condições de tempo e intensidade que muito se assemelham às modalidades de atuação dos elementos extremistas, no início dos eventos, quer evoluíram para atual situação interna da Argentina.”⁷⁰

Também as informações do material de agitação terrorista apreendido pelo governo da Guatemala chegavam ao CSN e ao Ministério da Guerra,⁷¹ a compra de armamentos militares em países comunistas efetuada por Cuba,⁷² o Movimento Revolucionário Paraguai “14 de Mayo”,⁷³ um relatório que fora preparado secretamente para o Conselho Nacional do Governo do Uruguai (sobre as atividades comunistas naquele país) e remetido pela Embaixada do Brasil em Montevideú.⁷⁴ Percebe-se que a conexão internacional vai além, a vigilância extrapola as nossas fronteiras e serve como troca de informações entre governos.

Naquela conjuntura os intercâmbios entre os serviços de inteligência estrangeiros visavam à troca de expertise e de informações para o combate do inimigo comum: os comunistas. É o caso do convite do Governo da República Federal Alemã através do Chefe do Serviço Federal de Informações dessa República⁷⁵ ao SFICI, viagem de estudos ao famoso serviço secreto britânico, British Intelligence Service.⁷⁶

Assim posto, o espectro comunista rondava os corações e as mentes, e as autoridades governamentais achavam que os focos revolucionários estavam todos na América Latina. O bloco capitalista ocidental assim se articulava na troca de informações para mapear e rastrear o avanço comunista mundial. Na verdade os golpes de Estado com suas ações extremamente reacionárias que estariam por vir estavam focada mais no imaginário anticomunista do que na realidade objetiva da miséria provocada pelo sistema capitalista: a injusta divisão internacional da riqueza.

Considerações Finais

Assim, no decorrer dos anos cinquenta apesar da euforia de novos tempos, a sociedade civil continuou refém da repressão policial. A modernização dos aparatos coercitivos baseada na centralização e na integração das informações era lastreada nos preceitos da Lei de Segurança Nacional, advindos da Escola Superior de Guerra, que propunha a Guerra Total ao “inimigo interno”. Com a

⁷⁰ Of. Secreto nº 149-Gab/3217/59 em 30 de novembro de 1959. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assuntos; Informações. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_655_Parte 2, doc. nº 225.

⁷¹ Of. Confidencial nº 1218-Gab/21358/60 em 04 de novembro de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra. Assunto: material de agitação terrorista apreendido pelo governo da Guatemala. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, doc. nº 62.

⁷² Of. Secreto nº 1169 – Gab/31308/60 em 04 de novembro de 1960. Do chefe do Gabinete da SG/CSN ao Chefe do Gabinete do EMFA. Assunto: Compra de armamentos em países comunistas. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_664, doc. nº 10.

⁷³ Of. Secreto nº 638 – Gab/2738/60 em 07 de julho de 1960. Do Chefe de Gabinete da SG/CSN ao Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça. Assunto: Movimento Revolucionário Paraguai “14 de Mayo”. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_660_Parte 1, doc. nº 49.

⁷⁴ Of. Secreto nº 89 – Gab/3104/60 em 11 de fevereiro de 1960. Do Chefe de Gabinete do SG/CSN ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assunto: atividades comunistas no Uruguai. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_657_Parte 3, documentos nº s 231 a 239.

⁷⁵ Of. Ultrassecreto nº 330/Gab 4388/60 em 04 de abril de 1960. Do Secretário-Geral do CSN ao Ministro das Relações Exteriores. Assunto: Viagem de comissão da SG/CSN ao Serviço Federal de Informações da Alemanha Ocidental. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_658_Parte 1, doc. nº 192.

⁷⁶ Of. Ultrassecreto nº 514/Gab/4608/60 em 15 de junho de 1960. Do Secretário-Geral do CSN ao Ministro das Relações Exteriores. Assunto: Viagem de delegação da SG/CSN ao British Intelligence Service. Acervo do CSN in ANBr: BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_659_Parte 3, doc. nº 170.

Temas de America Latina contemporânea: lutas sociais e repressão

“A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)”, por Nilo Dias de Oliveira

justificativa da ameaça comunista, legislou-se para assegurar ao Estado maior poder de repressão e controle, isto já no período do governo JK.

Naquela conjuntura marcada pelo acirramento das lutas sociais em grande parte dos países latinos americanos, decorrentes da selvageria do capitalismo e da forma autocrático-burguesa como se punham a formação da maior parte dos Estados na região, o receio dos segmentos dominantes deu respaldo, no Brasil, não apenas à continuidade do monitoramento e da repressão à sociedade, mas organizou um sistema eficiente. Um sistema capaz também de responder pelos acordos internacionais que versavam sobre a vigilância e a troca de informações dos movimentos considerados atentatórios à Segurança Nacional do país e no continente latino americano, quando demandadas.

Desta maneira, a ideologia da Guerra Fria, fomentada pelos norte-americanos, mais o anticomunismo exacerbado do sistema de vigilância, vieram de encontro aos interesses dos segmentos dominantes, receosos de qualquer mudança que pudesse alterar seu domínio sobre o governo. Defensores, portanto, de uma modernização conservadora que mantivesse os mesmos padrões de desenvolvimento atrelado e subordinado ao capital internacional, os argumentos da falência do poder civil e da ineficiência das Leis e do Poder Judiciário no que se referem à defesa do Estado lhes servia como uma luva feita sob medida.